

SUMÁRIO

<i>Nota à 4ª edição</i>	17
<i>Nota à 1ª edição</i>	19
I — INTRODUÇÃO	21
II — A CONSTITUIÇÃO	
1. A Constituição	27
2. Conceito de Constituição	30
3. Direito constitucional	33
4. Classificação das Constituições	36
4.1. Quanto à forma	36
4.2. Quanto ao modo de elaboração	37
4.3. Quanto à origem	38
4.4. Quanto à estabilidade ou mutabilidade	39
4.5. Quanto à extensão ou finalidade	40
4.6. Quanto ao conteúdo	41
4.7. Classificação da Constituição Federal de 1988	42
III — O PROCESSO	
1. O processo	45
2. Jurisdição	49
IV — A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO	
1. A Constituição e o processo	55
2. Direito constitucional processual	61
3. O sistema processual brasileiro	63
3.1. O sistema processual inquisitivo	68
3.2. O sistema processual acusatório	73
3.3. O sistema processual misto	76
3.4. O sistema processual adotado pelo Brasil	77
4. A influência do direito constitucional no processo	81
5. Direito processual constitucional	82
V — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
1. Controle de constitucionalidade	93



2. Sistema jurídico	95
2.1. Classificação do sistema jurídico	98
3. Supremacia constitucional	103
4. Existência, vigência, validade e eficácia da norma jurídica ..	112
4.1. Existência	113
4.2. Vigência	114
4.3. Validade	121
4.4. Eficácia	126
5. Nulidades no direito público	132
6. Conceito de constitucionalidade	137
7. Conceito de controle de constitucionalidade	137
7.1. Requisitos do controle de constitucionalidade	138
7.2. Espécies de controle de constitucionalidade	141
7.3. Espécies de controle de constitucionalidade repressivo ..	142
8. Controle difuso	143
8.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no con- trole difuso	147
8.2. A inconstitucionalidade e o Senado Federal no con- trole difuso	150
8.3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	163
8.3.1. Procedimento	166
8.3.2. Natureza jurídica	169
8.3.3. Efeitos da decisão	170
8.4. Súmula vinculante	171
8.4.1. Conceito.....	171
8.4.2. Espécies	175
8.4.3. Objeto	179
8.4.4. Requisitos	179
8.4.5. Regulamentação.....	180
8.4.6. Competência	180
8.4.7. Legitimidade.....	180
8.4.8. Natureza	183
8.4.9. Procedimento	185
8.4.10. Efeitos	187
8.4.11. Súmula vinculante e reclamação constitucional	189
8.5. Repercussão geral	192
8.5.1. Conceito.....	194



8.5.2. Natureza e finalidade	195
8.5.3. Competência	195
8.5.4. Procedimento	196
9. Controle concentrado	198
10. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	204
10.1. Competência	206
10.2. Legitimidade	206
10.2.1. Chefe do Poder Executivo	209
10.2.2. Mesa das Casas Legislativas	211
10.2.3. Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ..	212
10.2.4. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	214
10.2.5. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional	218
10.2.6. Legitimidade universal e limitada	224
10.3. Prazo	226
10.4. Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República	227
10.5. Processo objetivo	228
10.6. Objeto da ação	231
10.6.1. Controle abstrato	231
10.6.2. Controle da inconstitucionalidade	235
10.6.3. Controle repressivo	239
10.6.4. Controle do direito pós-constitucional	246
10.6.5. Controle do direito infraconstitucional	247
10.7. Procedimento	251
10.7.1. Do pedido da medida cautelar	255
10.8. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	258
10.8.1. Efeitos e eficácia temporal da decisão	267
10.9. A participação do Senado Federal	271
10.10. Interpretação conforme a Constituição	271
10.10.1. Interpretação conforme a Constituição sem redução do texto	276
10.10.2. Interpretação conforme a Constituição com redução do texto	279

10.10.3. Limites da interpretação conforme a Constituição	279
10.10.4. Fundamento da interpretação conforme a Constituição	281
10.11. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto	282
11. Ação declaratória de constitucionalidade	285
11.1. Competência	287
11.2. Legitimidade	287
11.3. Procedimento	288
11.3.1. Do pedido da medida cautelar	290
11.4. Efeitos da decisão	290
12. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão	291
12.1. Competência	298
12.2. Legitimidade e procedimento	299
12.3. Efeitos da decisão	303
13. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	306
13.1. Competência	309
13.2. Legitimidade	309
13.3. Procedimento	309
13.4. Efeitos da decisão	309
14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	315
14.1. Arguição	315
14.2. Descumprimento	316
14.3. Preceito fundamental	316
14.4. Finalidade e objetivo	319
14.5. Competência	331
14.6. Legitimidade	331
14.7. Procedimento	332
14.7.1. Do pedido da medida liminar	334
14.8. Efeitos da decisão	334
15. Quadros comparativos dos instrumentos processuais de controle de constitucionalidade	336

VI — WRITS CONSTITUCIONAIS

1. Jurisdição constitucional das liberdades	341
---	-----



2. <i>Habeas corpus</i>	342
2.1. Origem histórica	343
2.2. <i>Habeas corpus</i> no Brasil	346
2.3. Conceito e natureza jurídica	351
2.4. Finalidade e características	354
2.5. Tipos de <i>habeas corpus</i>	356
2.6. A ação de <i>habeas corpus</i>	357
2.6.1. Cabimento da ação de <i>habeas corpus</i>	358
2.6.2. Casos de não cabimento do <i>habeas corpus</i>	361
2.7. O processo da ação de <i>habeas corpus</i>	362
2.7.1. Procedimento	362
2.7.2. Condições de ação	363
2.7.3. Início do procedimento	364
2.7.4. Indeferimento liminar da petição	365
2.7.5. Concessão liminar em <i>habeas corpus</i>	365
2.7.6. Informações da autoridade coatora	366
2.7.7. Apresentação do paciente	367
2.7.8. Prejudicialidade do pedido	367
2.7.9. Julgamento do <i>habeas corpus</i>	367
2.7.10. Extensão do <i>habeas corpus</i>	369
2.7.11. Recurso de ofício	370
2.7.12. Reiteração de <i>habeas corpus</i>	370
2.8. Legitimidade	370
2.8.1. Legitimidade ativa	370
2.8.2. Legitimidade passiva	373
2.9. Competência	375
2.9.1. Supremo Tribunal Federal	376
2.9.2. Senado Federal	376
2.9.3. Superior Tribunal de Justiça	377
2.9.4. Tribunais Regionais Federais	377
2.9.5. Tribunais de Justiça	378
2.9.6. Juiz de direito de primeira instância	378
2.9.7. Juizado Especial	379
3. <i>Habeas data</i>	382
3.1. Conceito	382
3.2. Legitimidade	388
3.3. Objeto da ação	390

3.4. Procedimento	393
3.5. Coisa julgada	396
4. Mandado de injunção	396
4.1. Conceito	396
4.2. Natureza jurídica	397
4.3. Objeto da ação	400
4.4. Objetivo da ação	402
4.5. Legitimidade	408
4.6. Procedimento	413
4.7. Diferenças entre mandado de injunção e ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão	415
4.8. Efeitos da decisão	416
5. Mandado de segurança	426
5.1. Conceito	426
5.2. Natureza jurídica	427
5.3. Objeto da ação	427
5.4. Legitimidade	428
5.5. Procedimento	431
5.6. Efeitos da decisão	435
5.6.1. Coisa julgada	435
5.7. Mandado de segurança coletivo	438

VII — DEFESA DA CIDADANIA

1. Defesa da cidadania.....	459
2. Ação civil pública.....	469
2.1. Conceito	469
2.2. Natureza jurídica	471
2.3. Competência.....	472
2.4. Legitimidade	475
2.5. Tutela.....	481
2.5.1. Meio ambiente.....	483
2.5.2. Consumidor	485
2.5.3. Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.....	486
2.5.3.1. Patrimônio público e social.....	487
2.5.4. Infração da ordem econômica e da economia po-	



pular e dos investidores de mercado mobiliário ..	487
2.5.5. Ordem urbanística	488
2.5.6. Interesse difuso ou coletivo	489
2.5.6.1. Interesses de grupos de indivíduos.....	491
2.5.6.2. Interesses difusos	491
2.5.6.3. Interesses coletivos.....	492
2.5.6.4. Interesses individuais homogêneos	493
2.5.7. Proteção de interesses coletivos e difusos das pessoas portadoras de deficiência.....	497
2.5.8. Interesses difusos e coletivos da criança e do adolescente	497
2.6. Objeto da ação.....	499
2.6.1. Matéria tributária.....	499
2.6.2. Controle difuso de constitucionalidade	502
2.6.3. Políticas públicas.....	507
2.7. Procedimento	511
2.8. Termo de ajustamento de conduta.....	512
2.9. Inquérito civil	513
2.10. Coisa julgada	514
3. Ação popular	520
3.1. Conceito	520
3.2. Competência.....	524
3.3. Natureza jurídica	525
3.4. Legitimidade	526
3.5. Objeto da ação.....	530
3.6. Procedimento	532
3.7. Coisa julgada.....	534

VIII — BIBLIOGRAFIA

1. Livros.....	537
2. Artigos.....	564
3. Dissertações e teses	572